



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

SEMINÁRIO

O ORÇAMENTO DO ESTADO 2018 – COMO SE ENQUADRA NUMA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO A MÉDIO PRAZO

22 de Novembro de 2017, 16h00 horas
Auditório da AESE Business School

Reflexões finais

Senhores Oradores

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Começo por agradecer a já habitual cooperação da AESE com o Forum para a Competitividade na organização deste Seminário com a cedência das instalações e a possibilidade de interagir com os muitos profissionais de gestão que aqui completaram a sua formação.

Os nossos agradecimentos também aos patrocinadores deste Seminário e um agradecimento muito especial ao Prof. Eduardo Catroga a quem pedimos que, à guisa de conclusão, articulasse os problemas das Finanças Públicas com a necessidade de crescimento da economia portuguesa.

Decidimos não contar com a presença do Ministro das Finanças pois que, no ambiente de imprevisibilidade em que parece ter de viver as negociações do Orçamento do Estado, só nos poderia eventualmente indicar uma data para depois da aprovação, tarde demais para quem queira introduzir informação fiscal relevante no orçamento e planos anuais das suas empresas. E parece que não haverá nenhuma medida positiva para o reforço do investimento nacional e estrangeiro de que tanto necessitamos.

Como muitos recordarão, o Forum para a Competitividade concentrou-se no último ano na construção duma estratégia para os próximos 10 anos, avançando com um cenário de mudança estrutural com o objectivo de crescer sustentadamente pelo menos 3% em média anual.

A proposta é cautelosa pois que sabemos que, para além do apoio do Presidente da República, não é de prever que o Governo esteja interessado em suportar os custos políticos que qualquer reforma sempre implicará. E destas considerações não se poderá concluir que duvidemos que o Governo saiba que elas são bem necessárias há muitos anos.

Mesmo que não queira ou não possa reconhecê-lo.

Mas o crescimento nunca foi prioridade suficiente para as fazer.

E o jogo é muito mais o de decidir a quem tirar e a quem dar no prazo das próximas eleições.

Não fora este enquadramento e poderíamos e deveríamos ambicionar mais.

E porquê? Pois se, no período de 2010-2016, tivemos tantos sectores a crescer acima de 5%, apesar da conjuntura europeia e dos mercados emergentes, da situação da banca e dum rating de lixo, porque não haveremos de crescer mais? É certo que a Europa não é uma zona muito dinâmica, mas nesse mesmo período a Malta, à Eslovênia e à República Checa juntaram-se então a Eslováquia, a Estónia e Lituânia ao grupo dos que nos ultrapassaram em PIB per capita, em paridade de poder de compra.

Virão a seguir a Polónia, a Malásia, a Hungria e a Letónia...

Não é portanto realista procurar taxas mais elevadas – mas menos de 3% é uma opção irresponsável.

Um país com o nosso nível de endividamento ou entra em default no pagamento da sua dívida, destruindo os bancos portugueses que a detêm em grande parte e desistindo do acesso ao crédito externo ou cresce sustentadamente acima da taxa de juro que paga. E ninguém esperará que ela não suba num horizonte temporal curto.

Temos tido condições conjunturais únicas, petróleo barato, juros baixíssimos, liquidez abundante, euro menos forte e crescimento nos mercados desenvolvidos e emergentes e não aproveitámos para atrair investimento

directo estrangeiro, reestruturar a administração pública e amortizar a dívida externa em vez de a deixar crescer.

Refiro-me a orientações necessárias à política económico-financeira conjuntural.

Mas também às reformas necessárias para promover o crescimento,

Os indicadores internacionais identificam todos e há anos os mesmos factores mais problemáticos para o enquadramento da vida das empresas em Portugal:

- taxas de imposto
- burocracia ineficiente
- instabilidade das políticas públicas
- regulação laboral restritiva e criadora de um sistema dual no mercado de trabalho, penalizando os mais jovens
- alterações constantes nas regras da fiscalidade (entre 1989 e 2014 verificaram-se 3.178 alterações a artigos dos códigos fiscais numa média de 122 artigos/ano)

A política contida no Orçamento do Estado não contém nenhuma medida destinada a combater estes problemas.

E em termos estruturais também não se faz trabalho adequado às profundas mudanças a que teremos de responder a 10 ou 20 anos de prazo.

Somos cada vez mais um País sem rumo, que o mesmo é dizer sem futuro.

Se é verdade que ninguém esperaria dum governo apoiado pela extrema-esquerda contributos positivos para uma economia mais competitiva, não deixa de ser surpreendente e muito negativa a passividade da sociedade civil.

É urgente que as organizações empresariais assumam uma posição exigente perante as forças políticas.

Pedro Ferraz da Costa

Presidente do Conselho Directivo